

# Ocupações secundaristas em Goiânia: formação e experiências políticas das/os jovens

Ocupaciones secundarias en Goiânia: experiencias formativas y políticas de las/los jóvenes

Secondary occupations in Goiania: training and political experiences for youth

**Flávio Munhoz Sofiati**

Universidade Federal de Goiás, Brasil

**José Elias Domingos Costa Marques**

Instituto Federal de Goiás, Brasil

**João Roberto Resende Ferreira**

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Recebido em: 01/02/2021

Aceito em: 08/04/2021

## Resumo

O artigo debate as ocupações das escolas públicas em Goiânia ocorridas em 2015 e 2016, à luz das experiências formativas e subjetivações dos jovens, como protesto contra a transferência da gestão escolar para "Organizações Sociais". A análise debruçou-se sobre três indicadores: panorama das ocupações no Estado; formação e socialização política das e dos jovens nas ocupações e os impactos formativos das vivências e experiências de participação. Constatamos que estes jovens tornaram visíveis os caminhos para a defesa da gestão democrática e a proposição de outro modelo de formação humana e de escola, em maior conexão com as lutas coletivas que combatem as exclusões da sociedade.

**Palavras-chave:** Juventude. Educação. Ocupações juvenis. Formação política. Goiânia.

## Resumen

Este artículo discute las ocupaciones de escuelas públicas en Goiânia ocurridas en 2015 y 2016, a la luz las experiencias y subjetividades de los jóvenes, como la protesta contra la transferencia de la gestión escolar a las "Organizaciones Sociales". El análisis realizado se centró en tres indicadores: el panorama de las ocupaciones en el Estado, la formación política y la socialización de los jóvenes en las ocupaciones y los impactos formativos de las experiencias y vivencias de participación. Comprobamos que estos jóvenes han hecho visibles las formas concretas de defender la gestión democrática y la propuesta de otro modelo de formación humana y escolar, en mayor conexión con las luchas colectivas que combaten las exclusiones de la sociedad.

**Palabras clave:** Juventud. Educación. Ocupaciones juveniles. Formación política. Goiânia.

## Abstract

This article discusses the occupations of public schools in Goiania that occurred in 2015 and 2016, in the light of the experiences and subjectivities of youth, as a protest against the transfer of school management to "Social Organizations". The analysis undertaken focused on three indicators: the panorama of occupations in the State; the political training and socialisation of youth in occupations and the formative impacts of participative experiences and lived experiences. We found that the youth have made visible the concrete ways to defend democratic management and the proposition of another model of human formation and schooling, in greater connection with the collective struggles against the exclusions of society.

**Keywords:** Youth. Education. Youth occupations. Political education. Goiânia.

## Introdução

A ocupação das escolas públicas em Goiás pelos estudantes, ocorridas em 2015 e 2016, foi uma resposta ao despacho nº 596/2015 (Goiás, 2015), à política do Estado que buscava adotar modelo de gestão das escolas públicas estaduais a partir de parceria por meio de contrato de gestão com entidades privadas, qualificadas como Organizações Sociais de Educação (OSs).

Nossas reflexões são resultado de síntese e informações coletadas em 13 escolas ocupadas em Goiânia, 05 em Aparecida de Goiânia, 10 em Anápolis, 01 na cidade de Goiás e 01 em São Luís dos Montes Belos. A partir deste mapeamento, a equipe de pesquisadores, envolvendo alunos em iniciação científica e voluntários<sup>1</sup>, realizou 07

---

<sup>1</sup> Agradecemos especialmente às estudantes Letícia Scalabrini, Amanda Cristina de Oliveira, Luísa Martins Ferreira, Natália Ferreira Cintra e ao estudante Matheus Dias pela transcrição das entrevistas.

entrevistas, elaboradas a partir do roteiro produzido para a pesquisa nacional<sup>2</sup>, com as e os ocupas da cidade de Goiânia, 04 mulheres e 03 homens, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1**

Caracterização das(os) entrevistadas/os

Identificação	Idade em 2020	Gênero	Orientação sexual	Raça	Renda familiar aproximada
Hilda	21 anos	Feminino	Bissexual	Negra	R\$ 3.500,00
Aurora	23 anos	Feminino	Bissexual	Branca	R\$ 5.000,00
Micaela	22 anos	Feminino	Hetero	Parda	R\$ 1.500,00
Nazária	21 anos	Feminino	Não sabe	Branca	R\$ 2.000,00
Pizarro	21 anos	Masculino	Não informada	Negro	R\$ 2.000,00
Jósimo	20 anos	Masculino	Hetero	Negro	R\$ 3.000,00
Pedro	22 anos	Masculino	Hetero	Negro	R\$ 5.000,00

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados oriundos das entrevistas semiestruturadas. Os nomes são fictícios.

Para análise dos dados utilizamos como referência cinco estudos sobre as ocupações em Goiás: Baldino e Freitas (2016), Pinheiro e Guimarães (2018), Fernandes e Ferreira (2018), Cunha (2019) e Dias (2020). Estes trabalhos, embora não estejam vinculados à pesquisa nacional, trazem análises que colaboram para o entendimento do sentido das ocupações locais.

A partir destas diferentes perspectivas de análise das ocupações no Estado, tomamos como referência a noção de “alheamento” desenvolvido por Oliveira (2015). O alheamento, ou o engajamento desconfiado conforme entende Sposito (2014), não significa alienação, sendo que a não participação é compreendida como uma atitude de crítica às próprias instituições que deixaram de ser ancoradouro seguro para as novas gerações. Tal noção nos remete ao conceito de subjetivação política que diz respeito ao “sentimento de pertencimento à sociedade e de responsabilização pela vida em comum” (Oliveira, 2015, p. 58). O fato de as ocupações terem dado visibilidade à atividade política possibilitou a experimentação, com engajamento na prática, do fazer política para o bem comum. Ou seja, as ocupações se tornaram laboratórios de novas formas de ação política das novas gerações.

Em complemento à referência da ideia de melancolia política, utilizamos como base para nossas análises a pesquisa de Moraes (2016). A autora identifica certa crítica constante na atuação dos jovens do movimento no que diz respeito à burocratização das instituições, mostrando que a ação direta se tornou a alternativa diante do

<sup>2</sup> O projeto nacional, coordenado pelo professor Luís Antonio Groppo, que pesquisa as ocupações secundaristas realizadas em 2015 e 2016 em vários Estados do país, conta com uma equipe no Estado de Goiás, composta principalmente por pesquisadores e pesquisadoras do Observatório Juventudes na Contemporaneidade.

distanciamento dos partidos políticos aos anseios das juventudes. No entanto, Morais (2016) demonstra que esta tática não foi capaz de acumular experiências para a luta mais histórica e sistemática contra o sistema societário capitalista. Além disso, estes jovens acabam por formar novos modelos de instituições mais provisórios, precários e informais, estando, muitas vezes, em oposição aos modelos clássicos de militância.

Outra importante questão analítica levantada neste trabalho incorre no exame das orientações políticas dos jovens participantes das ocupações, a partir do reconhecimento de um itinerário formativo da cultura política, que está intimamente relacionado com os processos de socialização (Almond & Verba, 1964). As expectativas políticas dos cidadãos colaboram na formatação da própria visão sobre política e dos seus comportamentos como membros de uma coletividade (Baquero, 2011). O que é legítimo dentro de um sistema político depende do contexto de interação e construção de preferências. E os jovens também estão no epicentro deste processo, pois, como afirmam Amorim e Silveira (2005), a cultura política, fruto tanto das relações entre os indivíduos quanto deles com o sistema político, não é uma condição exclusiva da vida adulta, mas lapida-se ainda na infância, ganhando contornos mais nítidos na juventude.

O artigo está organizado em três tópicos. Inicialmente apresentaremos o panorama das ocupações iniciadas em dezembro de 2015 no Estado de Goiás. Destacamos as motivações coletivas que desencadearam o processo de ocupação, a narrativa descritiva das atividades desenvolvidas dentro das escolas e compreensão, sob o ponto de vista dos próprios agentes políticos juvenis, dos significados e saberes produzidos como sequência e consequência daquela mobilização.

A demanda de compreensão do papel de agentes de socialização política nos processos de transmissão e formação de opiniões, preferências e condutas de comportamentos às/aos jovens ocupas, conforma o eixo temático abordado no tópico seguinte. Valorizamos a importância da frente analítica sobre socializações, ante o desafio de compreensão dos jovens e sua aproximação com os elementos constituintes da esfera política por meio da sua aproximação/afinidade com valores da democracia, da solidariedade e da interculturalidade.

Por fim, analisamos os impactos formativos das vivências e experiências de participação política e social na vida destas/destes jovens. A isto, incorporam-se dois eixos analíticos como referências neste debate: a concepção de melancolia política e o parecer crítico sobre o papel das instituições. As questões substanciais aos impactos do movimento de ocupação na formação dos jovens têm relação com os fundamentos e valores incorporados, perspectiva de sociedade nutrida por meio desta experiência política e os significados da ocupação em suas vidas.

## **Panorama das ocupações em Goiânia**

Os movimentos de ocupações das escolas pelos jovens secundaristas no Estado de Goiás devem ser considerados como um movimento social, pois estão no centro das relações sociais em que interesses diferentes se fazem presentes no sentido de mudar ou conservar a sociedade contemporânea, em suas diversas dimensões. São ações que evidenciam múltiplos antagonismos, incluindo as disputas entre o capital e trabalho, assim como opressões que envolvem gênero, raça, orientação sexual, idade, entre outras. Neste caso específico, estavam em disputa, de um lado, a transferência da gestão das escolas públicas para iniciativa privada por meio das Organizações Sociais (OSs), além da proposta de militarização de diversas escolas públicas no Estado. Por outro lado, encontrava-se a mobilização dos alunos secundaristas no sentido de denunciar e resistirem a essas propostas.

Em geral, os movimentos sociais evidenciam as opressões e as injustiças, e com suas ações revelam à sociedade civil, política e, em especial aos órgãos públicos, os verdadeiros interesses em jogo na cena pública. Assim, as ocupações das escolas pelos estudantes em Goiás são conceituadas como um movimento social, inclusive por que as suas ações apresentaram as seguintes características:

[...] são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. (Gohn, 2011, pp. 333-334)

As ações de ocupações das escolas em Goiás iniciaram-se no dia 9 de dezembro de 2015, no Colégio José Carlos de Almeida (JCA), e se estenderam até início de 2016, sendo o JCA a última escola desocupada em 25/03/2016. Por esse motivo, o colégio se tornou um polo de atração, formação e mobilização das ocupações de outras escolas na região metropolitana de Goiânia. Os saberes produzidos pelos jovens podem ser evidenciados por dois processos. O primeiro, de forma interna pela organização para ocupar os prédios públicos das escolas. O segundo, de caráter político-social na interação e articulação estabelecidas com professores, pais de alunos e de certa forma, parte da sociedade, na medida em que as ocupações foram ganhando visibilidade.

São saberes que contribuíram para o conhecimento das/dos alunas/os a respeito de temas políticos e sociais que incidem sobre a educação e a gestão da escola, bem como, neoliberalismo, privatização, terceirização e militarização. Entretanto, as atuações dos secundaristas para organizar o movimento democrático foram duramente rebatidos por forças conservadoras, liberais e neoliberais. Como por exemplo, podemos citar as

ações do Movimento Brasil Livre, que tem como foco formar um exército de estudantes com os valores liberais e conservadores (Amâncio, 2018).

Conforme os dados, identificamos que 30 escolas foram ocupadas em Goiás. Pelos vídeos postados pelas/os ocupas, é possível perceber a mobilização de várias pessoas, entretanto, não perguntamos para os nossas/os entrevistadas/os sobre o número de participantes das ocupações. O registro foi ordenado por data de ocupação das escolas, conforme quadro abaixo.

**Quadro 2**

Lista das escolas ocupadas em Goiás

<b>Escolas Ocupadas</b>	<b>Cidade</b>	<b>Data da Ocupação</b>	<b>Data de Desocupação</b>	<b>Período de ocupação</b>
Colégio Estadual José Carlos de Almeida	Goiânia	09/12/2015	25/03/2016	107 dias
Colégio Estadual Robinho Martins	Goiânia	10/12/2015	26/01/2016	45 dias
Instituto de Educação de Goiás	Goiânia	12/12/2015	20/02/2016	70 dias
Colégio Estadual Bandeirante	Goiânia	14/12/2015	27/01/2016	44 dias
Colégio Estadual José Lobo	Goiânia	14/12/2015	07/02/2016	54 dias
Colégio Estadual Cecília Meirelles	Aparecida de Goiânia	14/12/2015	29/01/2016	56 dias
Colégio Estadual Polivalente Frei João Batista	Anápolis	14/12/2015	15/02/2016	63 dias
Colégio Estadual Francisco Maria Dantas	Goiânia	15/12/2015	26/01/2016	42 dias
Colégio Estadual José Ludovico de Almeida	Anápolis	15/12/2015	06/02/2016	52 dias
Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus	Aparecida de Goiânia	16/12/2015	25/01/2016	40 dias
Colégio Estadual Professor Pedro Gomes	Goiânia	16/12/2015	26/01/2016	41 dias
Colégio Estadual Cora Coralina	Goiânia	16/12/2015	28/01/2016	43 dias
Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado	Cidade de Goiás	16/12/2015	31/01/2016	46 dias
Colégio Estadual Nova Cidade	Aparecida de Goiânia	16/12/2015	26/01/2016	41 dias
Colégio Estadual Jad Salomão	Anápolis	16/12/2015	28/01/2016	43 dias
Colégio Estadual Carlos de Pina	Anápolis	16/12/2015	06/02/2016	52 dias
Colégio Estadual Padre Fernando Gomes de Melo	Anápolis	16/12/2015	08/02/2016	54 dias
Colégio Estadual Américo Borges de Carvalho	Anápolis	16/12/2015	19/02/2016	63 dias
Colégio Estadual Castelo Branco	Goiânia	17/12/2015	27/01/2016	41 dias
Colégio Estadual Pré-Universitário	Goiânia	17/12/2015	15/02/2016	70 dias
Colégio Estadual Villa Lobos	Aparecida de Goiânia	18/12/2015	27/01/2016	40 dias
Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	São Luís dos Montes Belos	22/12/2015	26/01/2016	34 dias

Colégio Estadual Herta Layser Odwyer	Anápolis	23/12/2015	12/02/2016	51 dias
Colégio Estadual Antesina Santana	Anápolis	06/01/2016	17/02/2016	42 dias
Colégio Estadual Rui Barbosa	Aparecida de Goiânia	23/01/2016	25/01/2016	2 dias
Colégio Estadual Doutor Mauá Cavalcanti Sávio	Anápolis	01/02/2016	19/02/2016	19 dias
Colégio Estadual Professor Faustino	Anápolis	03/02/2016	03/02/2016	1 dia
C. E. Murilo Braga	Goiânia	15/12/2015	10/02/2016	57 dias
C. E. Ismael Silva de Jesus	Goiânia	16/12/2015	25/01/2016	40 dias
CEPI – Lyceu de Goiânia	Goiânia	11/12/2015	11/02/2016	62 dias

Fontes: Elaboração dos autores a partir de dados oriundos das entrevistas semiestruturadas, além de reportagens dos principais jornais de Goiás. O quadro teve como ponto de partida as observações de Felipe Silva e Matheus Dias.

A possibilidade de parceria que regularizava a transferência da gestão pública das escolas da rede estadual para as OSs permeou os debates internos, entre as e os ocupas nas escolas, e externos, na mobilização da sociedade civil, sobretudo da militância da área da educação, estudantes e entidades de ensino superior e defensores da educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

O novo modelo de gestão (Straiotto, 2015) iniciaria por 23 unidades da Subsecretaria Regional de Anápolis (Macrorregião IV), incluía os municípios de Abadiânia, Alexânia, Campo Limpo de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Ouro Verde, Petrolina de Goiás, Pirenópolis e Teresópolis. O plano era se estender à toda a Subsecretaria que possui 73 escolas e atendia na época 38.875 alunos do Ensino Fundamental e Médio. A justificativa do Governo é que as escolas continuariam públicas, mas com essas medidas diminuiriam os gastos do Estado na educação e se garantiria maior qualidade e eficiência no ensino.

No entanto, no entendimento dos estudantes, o decreto caracteriza uma medida de privatização da gestão da educação pública, transferindo a responsabilidade do governo para iniciativa privada, ao qual teriam de resistir. Além da problemática envolvendo as OSs, as ocupações em Goiás somaram-se ao movimento de ocupações em várias cidades brasileiras.

Em sua maioria, os estudantes que ocuparam as escolas em Goiás são oriundos das classes populares e média baixa. Possuem uma trajetória marcada pelos estudos nas escolas públicas. Demonstram uma força e uma coragem típica da juventude para enfrentar os confrontos em busca de justiça e contribuir para as mudanças sociais.

Eu acho que eles [estudantes] têm um papel de trazer essa força que a juventude traz de alguma forma, essa força do não ter medo, de não [...] Da subversividade mesmo de ir pro confronto, mas não nesse sentido assim de um confronto violento, mas no sentido de ser ativo bastante sabe? Ser incansável eu diria. Que a juventude tem esse caráter de ser incansável. Eu acho que é isso, é

incomodar nesse sentido de não cansar, de tentar de novo, e tentar e tentar e tentar, acho que isso a juventude consegue trazer ainda bem. (Hilda, Goiânia, 09/09/2019)

São sujeitos que durante sua formação adquiriram uma consciência política, alguns por meio de apoio familiar, alguns nas igrejas e outros somente nas escolas, mas que se mostram conscientes de seu papel na sociedade, interiorizando a experiência formativa de cuidado com o bem comum, em uma experiência que pode ser considerada como subjetivação política. Estão presentes nos movimentos coletivos reagindo às políticas educacionais na medida em que a proposta de gestão apresentada para o sistema educacional acenava para subordinação aos interesses da iniciativa privada e não do público, como na fala abaixo:

Acho que os estudantes sempre tiveram um papel central nas lutas políticas, isso já se provou na luta contra a ditadura. E também no cenário regional já foi mostrado durante as movimentações em 2015 contra a implementação das OS's, e acho que hoje os estudantes continuam desenvolvendo um papel central nas lutas contra as reformas que são promovidas pelo Governo Federal. (Pedro, Goiânia, 09/09/2019)

Durante as ocupações houve várias perseguições dos policiais, mas, apesar dessa repressão, os estudantes respondem com ideias e práticas coletivas alternativas. Demonstram, sobretudo, uma forma de pensar o outro em sua inserção na coletividade, considerando as formas de organização que desenvolveram no interior das escolas. Vários relatos evidenciam essa postura, como o que segue abaixo:

Bom, eu acho que assim, principalmente hoje que o contexto da educação vem sendo muito turbulento, cabe a todos os estudantes se organizarem seja por meio de grêmios estudantis, seja por meio de movimentos sociais dentro do próprio colégio, de entidades como o Grêmio, a formação do Grêmio. E sempre manter a organização de debate, de diálogo com os estudantes e com a gestão acadêmica para pensar formas de transformação naquele ambiente, não somente dentro do ambiente escolar mas também dentro da comunidade que também envolve a questão da educação não só por meio de estar na escola, mas também a questão da cultura, a questão do lazer [...] Tudo isso engloba a educação, então a questão que eu vejo hoje pra uma mudança, uma transformação da realidade, de melhoria da educação que a gente tem hoje é através dessa organização dentro dos coletivos, dentro de [...] uma organização mesmo dos estudantes pra apontar os problemas que tem naquele ambiente e buscar soluções, não só os estudantes mas também englobar com os professores, junto com os pais, junto com toda comunidade que se faz presente neste espaço. (Pizarro, Goiânia, 26/06/2020)

Durante a ocupação os/as estudantes posicionaram-se como sujeitos, organizaram a mobilização por meio de mensagens de celular e iniciaram uma ação coletiva de intervenção direta, construindo novos saberes e indagações ao enfrentarem a força violenta do Estado.

Aí o primeiro dia de ocupação foi o mais intenso, não é? Que foi o dia que nós ocupamos, e o dia que a polícia quis nos tirar de lá à força, no primeiro momento. Eu lembro até hoje. É... Estávamos eu, outro amigo também que tinha a mesma idade em cima do muro da frente do colégio, próximo à placa, inclusive com os resultados do... com a nota do desempenho do colégio, e aí a gente tava recebendo doação, e aí chegou uma viatura nova, e depois me contaram que era um policial



conhecido da região, que batia na galera... Enfim, o ofício dele. [...] tinha uma amiga nossa que era apoiadora da ocupação gravando, e ela tava de máscara, e estávamos eu e ela do outro lado do muro em cima dum registro de água, que ficava de dentro do colégio, e aí a gente conseguia subir nele e olhar por cima do muro. E aí ele [Policial] veio. Ela foi descer primeiro pra não apanhar e eu fiquei em cima do muro, e foi nessa que ele acertou minhas costas. Eu fui descer ele acertou minha mão. Todo mundo lá fora vendo. (Jósimo, Goiânia, 29/06/2020)

Os relatos dos/as ocupas demonstram que houve violência da polícia nas imediações das escolas, mas que contaram com a colaboração de apoiadores para entrarem no colégio.

Os apoiadores entraram no colégio. Apoiadores que eu digo é pais mesmo desses alunos da região. Alguns representantes da OAB vieram. E aí isso já eram nove horas da noite. Foi o momento que essa galera entrou, rolou a primeira assembleia, a gente conversou, falou sobre as agressões. Pessoal dos direitos humanos veio, no outro dia de manhã, a gente foi no ministério público fazer as denúncias, foi no IML fazer corpo de delito, e foi prestar as denúncias, não é? Contra agressão e abuso de autoridade. (Jósimo, Goiânia, 29/06/2020)

Os estudantes resistiram e permaneceram nas escolas enquanto a decisão do governo por meio da Secretaria de Educação e as OSs não fossem concluídas. No dia 15 de fevereiro de 2016, os envelopes com as propostas das instituições inicialmente qualificadas para participarem do consorcio foram abertos. Entretanto, nenhuma das 11 instituições possuía os requisitos exigidos pelo edital de chamamento. Em seguida “no dia 16 de fevereiro, o MP-GO, o MP Federal e o MP de Constatas junto ao TCE, expediram recomendações conjunta para que a Seduce determinasse a suspensão do edital até que fossem modificados itens considerados inconstitucionais” (Ministério Público do Estado de Goiás, 2016).

A partir desses acontecimentos, as/os ocupas também foram percebendo o resultado positivo de suas ações e como, em algumas escolas, já se passavam mais de 60 dias de ocupações, iniciaram as discussões sobre o processo de desocupação. Os motivos para desocuparem as escolas foram vários. Dentre a pressão da secretaria como também, parte de alunos e pais que viam ameaçado o início das atividades do ano letivo de 2016. Embora relatem movimentos diferentes em cada escola, foi uma decisão do coletivo.

Mas, foi isso que aconteceu na nossa desocupação específica, das outras desocupações, que eu vejo assim, pelo menos nesses colégios centrais, os colégios periféricos teve mais repressão, nos colégios centrais não. E até pelo perfil dos estudantes tudo mais, a população em volta, foi meio que combinado. A gente falava assim olha, não tá dando mais, a gente tá cansado, não tem mais comida, a gente quer voltar às aulas, não tem como, então vamos desocupar. E aí a gente já tava vendo também que os editais das OS's já não tavam mais vingando e a gente meio que tava com aquela sensação de ganhamos, e aí foi desocupando assim. (Hilda, Goiânia, 09/09/2019)

Podemos entender que com essas ações coletivas, as/os estudantes e parte dos familiares que as/os apoiavam, se sentiram participantes e pertencentes às escolas. Viram-se na condição de sujeitos de direitos e com capacidade de se tornarem

protagonistas de lutas em defesa da escola pública. Seus relatos são de que participaram coletivamente contra o processo de transferência da gestão pública para as OSs. Com isso, viram seus esforços serem contemplados, pela ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Goiás (2016), suspendendo o Edital de Chamamento Público, que buscava selecionar as OSs para assumir a gestão compartilhada das escolas públicas da rede estadual.

### **Formação e socialização política**

Entendemos por socialização política, o processo de cristalização e transmissão de ideias, crenças, atitudes comportamentais em relação às múltiplas manifestações de poder (Neundorf & Smets, 2017). Nessa mesma linha concordamos com Dayrell (2003), por considerar que os contornos específicos da juventude se relacionam ao conjunto de experiências vividas em diferentes contextos pelos próprios jovens, e a importância de se privilegiar a realidade dos indivíduos por meio da análise da formação de opinião, atitudes e comportamentos, incluindo “conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política” (Rennó, 1998, p. 71).

Assim, a incorporação de preferências, de referência que o jovem vivencia e vivenciou não foi somente durante o engajamento como, por exemplo, nas ocupações das escolas, mas na sua vida política prévia seja no cotidiano familiar, no círculo de amigos e ambiente escolar. Posto isso, para análise das entrevistas neste tópico, utilizamos como referência, o indicador do conceito de competência cívica estruturado por Zorzi (2016), a partir das seguintes categorias de dados: família e repertório político / escola, socialização política e confiança institucional.

No cenário analítico que considera os papéis das agências de socialização na transmissão intergeracional de orientações e perspectivas políticas, na troca de referências sociais entre agentes em interação, ainda é essencial, embora não exclusiva, elencar a família como presença relevante nos processos de socialização política das crianças e jovens (Castro, 2009). Das sete entrevistas realizadas, metade dos jovens sinalizou a influência direta de um ou mais membros da família. Como exemplo, Pizarro (Goiânia, 26/06/2020) comenta que o irmão foi seu maior incentivador para participar de coletivos. Outros jovens reconhecem a influência e incentivo ininterrupto da família ao engajamento.

No outro dia de manhã eu fui pra casa, e aí eu recebi uma mensagem no celular falando “oh gente, ocuparam o colégio. Tão tentando passar o projeto das OSs e a gente não vai permitir.! E aí eu compartilhei essa mensagem no grupo da família. Da minha família materna, não é? E aí todo mundo deu doação [...] mandei mensagem pra minha mãe que tava no trabalho e falei “Oh mãe,

tá acontecendo tal coisa.” E ela respondeu “Não, pega um macarrão aí em casa.” Eu passei na minha vó, ela me deu mais algumas coisas, minhas tias me deram mais algumas coisas e eu corri pra ocupação, e fiquei lá. (Jósimo, Goiânia, 29/06/2020)

No caso de Micaela (Goiânia, 17/06/2020), a situação era inversa, uma vez que existia forte receio dos pais com a sua integridade física: “Eles tinham medo de eu me machucar [...] Depois de um tempo, minha família viu que a gente estava do lado certo, mas minha mãe tinha muito medo e sempre falava para eu não ir”. Já a situação de Pedro (Goiânia, 09/09/2019) é curiosa, porque o vetor de influência foi no sentido do relato anterior: o interesse de sua mãe por questões políticas cresceu à medida que ela reconhecia a importância da militância do filho que compôs este coletivo de mobilização em favor da defesa da escola pública.

Na última década a participação dos jovens brasileiros em grupo religioso que se reúne para ações assistenciais e políticas vem sendo maior do que em outras associações e entidades (Brasil, 2013). Dois estudantes responderam que a forte convicção religiosa dos pais foi justamente o obstáculo para qualquer possibilidade de o debate político preencher o ambiente doméstico; por outro lado, três estudantes relataram que o acesso a informações e quadros de sensibilização cognitiva para a prática de engajamento social nasceram das atividades empreendidas dentro dos círculos religiosos, especialmente por meio das atividades filantrópicas em coletivos de discussão temática e confraternização.

Se a família e, em menor escala de influência as igrejas, não operam como agências decisivas na correia de transmissão da socialização política para todos os jovens entrevistados, a escola figura nas respostas obtidas como uma instituição unânime na linha de influência do processo de subjetivação da política.

Dentro do colégio público eu consegui entender melhor a questão da relação de poder me expressar mais, porque dentro do contexto do colégio particular era um aprendizado muito instrumental em que você não poderia mostrar sua visão [...] Já dentro do colégio público eu consegui me desenvolver muito mais, me abri não só para questão dos estudos, mas do autoconhecimento mesmo de poder explorar a forma como eu via o mundo, a forma que eu via as coisas. Eu senti uma liberdade maior dentro da escola pública. (Pizarro, Goiânia, 26/06/2020)

Durante as ocupações, as escolas públicas foram verdadeiros laboratórios de experiências e socialização política. Groppo et al. (2017) afirmam que os espaços ocupados eram espaços intensos de formação política, rompendo com formatos tradicionais de socialização, já que os próprios jovens ali ocupados lapidavam sua prática política dentro do contexto singular de experimentação da ocupação.

O reconhecimento destas potencialidades emancipadoras da escola pelas/os estudantes não fica circunscrito apenas ao raio das articulações políticas durante as ocupações. Em suas narrativas, foi possível observar que elementos como a atmosfera

de demandas próprias de uma escola pública geralmente negligenciada por governos, o incentivo dos professores, a convivência com os colegas e a participação em projetos/agremiações estudantis aparecem como importantes durante toda sua trajetória escolar. Hilda (Goiânia, 09/09/2019) acredita que a sua formação como cidadã tem relação também com o fato de ela ter estudado em escola pública, e se deparou com a necessidade de “despertar a autonomia e sensibilidade para questões além daquelas de caráter pessoal”.

Para os jovens, que pela primeira vez estudam na rede pública, fica evidente o sentimento de pertencimento a escola, que acarretava invariavelmente na incorporação também dos dilemas e problemas ali vividos, sensibilizando-os com questões políticas diariamente debatidas pelos docentes.

Foi a primeira vez que eu estudei num colégio público e às vezes eu notava que os professores tinham outra maneira de ver a educação que os professores da rede particular e outras preocupações também. Não só isso, porque na primeira vez que eu presenciei uma greve, professores tendo dificuldades salariais, não recebendo, dando aula ali quase que voluntários, foi na rede pública, então, tive a percepção de que os professores estavam muito mais ali por uma perspectiva de importância da educação do que pra uma perspectiva puramente financeira. (Pedro, Goiânia, 09/09/2019)

Este cenário de oportunidades estruturais de fomento ao engajamento por parte da escola aparece de maneira semelhante em diagnóstico sobre a socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul (Grosso & Silva, 2020). Para eles, o início do engajamento da maioria das/os jovens ocupas deu-se em razão da sensação de pertencimento ao *ethos* escolar, mediante a constatação de problemas de infraestrutura, do parcelamento salarial dos docentes e da influência dos laços sociais de amizade com colegas e exemplos de liderança.

De acordo com Schmidt (2000, p. 69), o conhecimento político das/os jovens nas últimas décadas invariavelmente está associado à escola, por ser a única entre as agências de socialização “que se ocupa explicitamente da transmissão intencional de atitudes políticas”. Na legislação brasileira é possível visualizar com nitidez este papel a ser exercido pela educação. A Constituição Federal (Brasil, 1988) dispõe, em seu artigo 205, sobre sua finalidade para o desenvolvimento da pessoa, da sociedade e seu preparo para o exercício da cidadania. E neste cenário de reforço das prerrogativas do amadurecimento político, o professor aparece nas entrevistas como agente central. Em todos os relatos, os professores são apontados como peças-chave na miscelânea de incentivos à criticidade e/ou na obliteração de projeções de moratórias restritivas à participação. Cunha (2019) identificou o mesmo padrão de reconhecimento de influência sobre os sentidos atribuídos pelos jovens secundaristas aos processos de ocupação de escolas em Goiás.

Micaela (Goiânia, 17/06/2020) lembra de seus “professores mais progressistas” pedindo para que os alunos procurassem compreender os motivos de estarem em uma greve geral em 2012<sup>3</sup>. Sua inserção no cotidiano do movimento grevista lhe estimulou a escrever até um “diário de greve”. Três jovens entrevistadas/os afirmaram que o estímulo por parte dos professores à emancipação crítica e participação não ocorria apenas em situações específicas, como no caso de uma greve ou mesmo da ocupação, mas existia como componente dialógico do processo de ensino-aprendizagem. As aulas em si eram espaços de formação cidadã, principalmente aquelas do campo das Ciências Humanas.

Em algum momento da vida quando eu tava no início do Ensino Médio eu comecei a me identificar com o *socialismo*. Aí quando eu tava no Ensino Médio eu também dei uma guinada pro *anarquismo* e isso também teve muito a ver com alguns professores meus. Eu tinha um professor de história que ele era *anarquista* e ele passava alguns textos bem legais e trazia umas discussões bem legais pras aulas. (Aurora, Goiânia, 18 e 19/06/2020)

Antes de ingressarem como militantes políticos dentro das ocupações, a maioria dos jovens entrevistados já possuía alguma vivência dentro das práticas de participação comunitária e engajamento político. Seja em projetos sociais realizados pela Igreja (Jósimo) ou como membro da Pastoral da Juventude do Meio Popular (Pizarro), em projetos transversais dentro da escola (Hilda), presença em congressos e encontros estudantis (Micaela), no grêmio estudantil (Aurora) ou na militância organizada dentro da União da Juventude e Rebelião (Nazária). Mas suas narrativas revelam o engajamento na ocupação como um processo quase que ritualístico de vivência da importância do gerenciamento do repertório de ação social autopromovida por eles mesmos, jovens, frente à identificação nítida do real antagonista naquele momento, o Estado de Goiás e suas políticas de incentivo à militarização das escolas e terceirização da gestão. Todo esse processo influenciou na experiência política e social acumulada pelos e pelas jovens após a experiência das ocupações, como veremos a seguir.

## **Experiências e subjetivação política**

Neste último ponto buscamos entender as experiências e subjetivações políticas das e dos ocupas, tendo como chave de leitura a ideia de melancolia política (Oliveira, 2015) e, a crítica às instituições (Morais, 2016) promovidas pelas juventudes, bem como, os fundamentos e valores incorporados na formação dos jovens e a perspectiva de sociedade nutrida por meio da experiência política de participação nas ocupações.

---

<sup>3</sup> No dia 06 de fevereiro de 2012, em uma Assembleia geral convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), os professores da rede estadual de educação aprovaram a paralisação das aulas, contra as medidas de arrocho salarial, esfacelamento das gratificações por titulação e implantação.

As ocupações de 2015 e 2016 caracterizaram outro modelo de fazer política, distante das formas tradicionais presentes nas instituições clássicas, como partidos e sindicatos. Mesmo assim, notamos uma presença significativa de duas forças políticas: de um lado, movimentos ligados ao campo autonomista, incluindo defensores do anarquismo e da autogestão; de outro, grupos comunistas, principalmente vinculados à UJR – União da Juventude e Rebelião, grupo juvenil ligado ao antigo PCR – Partido Comunista Revolucionário, hoje legalizado com o nome de UP – Unidade Popular. Identificamos também a presença de jovens vinculadas/os ao PT – Partido dos trabalhadores, PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e JCA – Juventude Comunista Avançando, sendo que em alguns casos houve alterações e constâncias de posições políticas das pessoas entrevistadas entre o período das ocupações e das entrevistas, mantendo-se o posicionamento no campo de esquerda, conforme apresentamos no quadro abaixo.

**Quadro 3**

Posições políticas dos entrevistados

Ocupas	Durante as ocupações	Na data da entrevista
Hilda	Autonomista	Autonomista
Aurora	Anarquista e JCA	UJR/PCR/UP
Micaela	UJR/PCR/UP	UJR/PCR/UP
Nazária	UJR/PCR/UP	Movimento feminista
Pizarro	PT/coletivo negro	PT/coletivo negro
Jósimo	Autogestão/anarquismo	Autogestão/anarquismo
Pedro	UJR/PCR/UP	Simpatizante PT e PSOL

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados oriundos das entrevistas semiestruturadas.

A apatia política aparece quando questionados em quem votaram nas eleições presidenciais de 2018. Os jovens afirmaram o descontentamento com as possibilidades apresentadas e responderam que votaram no que consideravam o “menos ruim” ou o “mais progressista possível”.

Geralmente a apatia política dos jovens é vinculada à falta de participação nos processos eleitorais. Fenômeno que não pode ser visto como passageiro e de fácil resolução, pois os processos eleitorais cada vez menos têm se mostrado capazes de despertar um maior interesse pela política. (Oliveira, 2015, p. 88)

Assim, de forma as vezes “envergonhada” ou “tímida”, quase todas/as as/os entrevistadas/os declararam que votaram no PSOL ou PT no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, e no PT, no segundo, conforme quadro abaixo:

**Quadro 4**

Voto para presidente em 2018

Identificação	Voto Primeiro Turno	Voto Segundo Turno
Hilda	PSOL	PT
Aurora	PSOL	PT

Micaela	Não lembra	Não lembra
Nazária	PSOL	PT
Pizarro	PT	PT
Jósimo	Nulo	PT
Pedro	PSOL	PT

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados oriundos das entrevistas semiestruturadas.

Para as/os ocupas a experiência das ocupações impactou profundamente a influências políticas e sociais, bem como a sua visão de mundo. Primeiro, na própria concepção da escola enquanto espaço de formação e socialização, segundo na concepção da política e do fazer política, de valorizar a escola e os professores. Aurora (Goiânia, 18 e 19/06/2020) relata que “[...] descobri(u) como fazer uma luta política na prática”, e “[...] trouxe(ram) muita formação pessoal também por causa dos debates que eram feitos lá dentro sobre educação, sobre educação pública, sobre a conjuntura”, de forma coletiva. Na opinião de um dos entrevistados, seus parceiros de ocupação:

[...] saíram com uma outra visão do que são eles como indivíduos face ao cenário político nacional, eles saíram com uma outra visão sobre o que é se organizar, eles saíram com uma outra visão sobre como que a situação política e econômica impacta neles, sobre como aquilo é presente na vida deles. (Pedro, Goiânia, 09/09/2019)

Embora os jovens expressem o caráter árduo e perigoso das ocupações, manifestaram o entendimento de que era “[...] preciso lutar contra esse avanço neoliberal que promete acabar com direitos sociais e promete amassar a gente politicamente e mais, exterminar a gente depois” (Pedro, Goiânia, 09/09/2019), se referindo a violência policial em muitas escolas ocupadas em Goiânia, principalmente nas da periferia, afora as ameaças e, após a ocupação, perseguição e discriminação (Mello, 2017).

O movimento dos alunos mostrou que estavam em descompasso com a política do Estado em transferir a gestão das escolas para as OSs e na crítica à militarização. O uso da força policial revela a falta de diálogo e debate com os principais sujeitos envolvidos, como os alunos, professores e os pais. Mesmo nessa situação de repressão, sentiram que colaboraram com a construção de sua personalidade e, com isso, fortaleceram a consciência de que se privatizar a gestão da escola, pode ser a chave para a privatização da mesma, retirando o direito de acesso, principalmente dos mais pobres à educação pública.

A experiência dos jovens em ocupar a escola, também influencia na própria formação educacional e opção profissional (Corrochano & Abramo, 2016), pois na medida em que tiveram maior contato com estudantes universitários, permitiu que conhecessem as possibilidades de curso superior, de universidade, as estratégias de entrar numa graduação, sendo que a maioria das/os entrevistadas/os optou pelas ciências humanas: direito, serviço social, história, ciências sociais, por exemplo.

Por fim, as palavras que definem o que a ocupação representou para suas vidas são: construtivo, resistência, luta, experiência, emancipação, marca e sonho. Esses termos retratam bem o que relataram em suas entrevistas e expressam a perspectiva de distanciamento das instituições tradicionais da sociedade, como partidos e sindicatos, mas que vislumbram outros modos de fazer política para além do partido ou a partir de partidos marginalizados no próprio sistema democrático brasileiro.

Entendemos que a melancolia política Oliveira (2015), é parte integrante da identidade política dessa juventude que ocupou as escolas em Goiânia. Pois ela é antes de um conceito, um sentimento presente nas posições assumidas pelas/os jovens entrevistadas/os. Significa um estado de tristeza e desencanto geral com a situação do país e pode ser caracterizada pelo alheamento, apatia, descrença, descrédito e pessimismo para com o mundo. Assim, essa militância foi “dominada pela descrença, desânimo e tristeza diante da política” (Oliveira, 2015, p. 85) e isso era reverberado na crítica aos partidos estabelecidos e na prática de novas formas cotidianas, democráticas e libertárias de fazer política.

Apesar da vitória pontual das ocupações no que concerne ao recuo do Governo estadual com relação às OSs, as entrevistas foram realizadas após a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) e expressam, assim como Oliveira identificou em seus sujeitos de pesquisa, um “sentimento de fracasso e impotência perante um contexto histórico específico” (Oliveira, 2015, p. 86). Entretanto, nossos jovens conhecem bem sua realidade: “Não há alienação política, entendem o mecanismo e a importância da política em suas vidas” (Oliveira, 2015, p. 88), e estão comprometidos com a defesa da escola pública e a transformação da sociedade.

## **Considerações finais**

O conjunto das ocupações secundaristas em Goiânia foi analisado como movimento social, porém com práticas organizativas e concepções políticas diferentes das permeadas pelas instituições clássicas. Elas trouxeram, por exemplo, a radicalização da democracia, com a horizontalidade de todas as decisões e a tentativa de desburocratização das ações por meio da tática da ação direta.

Os dados analisados revelam que houve criação de vínculos sociais fortes, tornaram as e os ocupas mais experientes e conscientes; e fortalece a tese de que as ocupações contribuíram para a formação política e menos para a perspectiva de engajamento permanente nas instituições clássicas da militância; e também o caráter autogestionário das ocupações.



As ocupações nas escolas revelaram no caso de Goiás, a ideia de que o Estado é uma grande empresa e que por isso é necessário transferir a gestão da escola pública para a iniciativa privada, as OSs, nas quais um grupo de gestores privados tomariam as melhores decisões para a escola, ou para a Política Militar, com a militarização de escolas públicas. As/os ocupas foram veementemente contrários a esse projeto e, ao fazerem isso, tornaram visível outros caminhos para a defesa da gestão democrática e a proposição de outro modelo de formação humana e de escola, em maior conexão com as lutas coletivas que combatem as exclusões da sociedade capitalista e de suas políticas neoliberais.

### Referências

- Almond, G., & Verba, S. (1964). The Civic Culture: political attitudes and Democracy in five nations. *American Political Science Review*, 58 (3), 676-679.  
<https://doi.org/10.2307/1953147>
- Amâncio, T. (2018, nov 23). MBL lança braço para formar jovens liberais e disputar centros acadêmicos. *Folha de São Paulo*.  
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/mbl-lanca-braco-para-formar-jovens-liberais-e-disputar-centros-academicos.shtml>
- Amorim, M. S., & Silveira, S. (2005). Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, 9(2), 155-163.
- Baldino, J. M., & Freitas, F. S. de. (2016). Movimento de ocupação de escolas públicas: jovens estudantes contra a gestão da escola pública por organizações sociais. *Revista Educativa*, 19 (1), 902-926. <http://doi.org/10.18224/educ.v19i3.5457>
- Baquero, M. (2011). Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. Em M. Baquero. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina* (pp. 25-45). Editora da URGs.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional do Brasil. Assembleia Nacional Constituinte.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2013). *Agenda juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros*. Secretaria Nacional da Juventude.  
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/91>
- Castro, L. R. (2009). Juventude e socialização política: atualizando o debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (4), 479-487. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722009000400003>
- Corrochano, M. C., & Abramo, L. W. (2016). Juventude, educação e trabalho decente. *Linhas Críticas*, 22(47), 110-129. <https://doi.org/10.26512/lc.v22i47.4789>
- Cunha, J. B. C. (2019) *Educação, juventudes e participação política: os sentidos atribuídos pelos jovens à ocupação de escolas em Goiás entre 2015 e 2016*.

- [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás]. Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações – TEDE.  
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4380>
- Dayrell, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 40-52.  
<http://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>
- Dias, M. (2020). *As ocupações secundaristas em Goiás: o avanço da violência institucional e o limite da tática de reivindicação*. Mimeo.
- Fernandes, C. N., & Ferreira, T. da S. (2018). Juventude e atuação política: as ocupações em escolas públicas e novas formas de resistência e convivência nas cidades. *Revista PerCursos*, 19(40), 86-110. <https://doi.org/10.5965/1984724619402018086>
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Goiás. (2015). *Despacho n. 596*. Governo do Estado de Goiás.  
<https://www.goias.gov.br/servico/86183-governo-divulga-documento-sobre-mudanca-de-gestao-nas-escolas.html>
- Gropo, L. A., & Silva, R. M. D. da. (2020). Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis do Rio Grande do Sul. *Estudos Avançados*, 34(99), 409-424.  
<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.024>
- Gropo, L. A., Trevisan, J. R. F., Borges, L. F., Benetti, A. M. (2017). Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD - Educação Temática Digital*, 9(1), 141-164. <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647616>
- Mello, J. (2017, fevereiro 03). Em Goiás, política militar se aliou a diretores para vigiar estudantes. *O jornal de todos os Brasis*. <https://jornalgggn.com.br/direitos-humanos/em-goias-policia-militar-se-aliou-a-diretores-para-vigiar-estudantes/>
- Ministério Público do Estado de Goiás. (2016). MP pede na Justiça a suspensão do edital de chamamento de OSs para assumir gestão de escolas. *Ministério Público do Estado de Goiás*. <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mp-pede-na-justica-a-suspensao-do-edital-de-chamamento-de-oss-para-assumir-gestao-de-escolas#.YFjwhK9KjIV>
- Morais, L. B. V. (2016). *Movimentos sociais contemporâneos: o Tarifa Zero Goiânia*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6690>
- Neundorf, A., & Smets, K. (2017). Political Socialization and the Making of Citizens. *Oxford Handbooks Online*, 1-28. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935307.013.98>
- Oliveira, S. M. de (2015). *A melancolia na constituição político-identitária da juventude*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6210>
- Pinheiro, V., & Guimarães, G. (2018). A educação na sociedade da mercadoria: militarização e terceirização das escolas públicas no estado de Goiás. *Revista de Educação e Sociedade*, 5(9), 253-268.

<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/4164>

Rennó, L. (1998). Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, (45), 71-91.

<https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-da-cultura-politica-vicios-e-virtudes/file>

Schmidt, J. P. (2000). *Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil*. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional UNISC. <http://hdl.handle.net/11624/287>

Sposito, M. P. (2014). Ação coletiva, jovens e engajamento militante. Em P. Carrano, & O. Fávero. *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. (pp. 97-130). Editora da UFF.

Straiotto, S. (2015, março 15). Edital de chamamento das OSs na educação será divulgado nesta segunda. *Diário de Goiás*. <https://diariodegoias.com.br/edital-de-chamamento-das-os-s-na-educacao-sera-divulgado-nesta-segunda-4/amp/>

Zorzi, F. B. (2016). *Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital – LUME. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143113>

## Biografia

### Flávio Munhoz Sofiati

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2009). Professor Associado de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Membro do Observatório Juventudes na Contemporaneidade e do Núcleo de Estudos de Religião “Carlos Rodrigues Brandão”.

E-mail: [flavio\\_sofiati@ufg.br](mailto:flavio_sofiati@ufg.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6422-4471>

### José Elias Domingos Costa Marques

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2016). Professor Efetivo de Sociologia do Instituto Federal de Goiás. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade (NEPECS IFG - CNPQ). Membro do Observatório Juventudes na Contemporaneidade.

E-mail: [jose.marques@ifg.edu.br](mailto:jose.marques@ifg.edu.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6526-0335>

**João Roberto Resende Ferreira**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011). Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG-Anápolis), pesquisador dos programas de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Programa Interdisciplinar de Educação, Linguagem e Tecnologias, foi coordenador deste último no período de janeiro de 2018 a janeiro de 2020.

E-mail: [joaoresendeferreira58@gmail.com](mailto:joaoresendeferreira58@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6160-6944>



Licença Creative Commons. Este trabalho está licenciado sob uma licença Internacional Creative Commons Attribution 4.0.